



PLANTAS MEDICINAIS NA HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO FEMININA

Rafaela Miguel Garcia¹

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo apresentar de jeito sucinto, uma breve reflexão sobre a participação das mulheres na construção do conhecimento no que concerne às plantas medicinais. Aborda sutilmente o contexto histórico sobre a utilização dessas plantas, desde os tempos pré-históricos aos dias contemporâneos. Traz à atenção para algumas limitações e para a contribuição feminina nos cuidados à saúde por meio dos saberes populares e científicos, retrata de forma simples a relação do gênero com as plantas, através da conexão entre trabalhos no âmbito, estes pensamentos direcionam algum sentido sobre as parcerias entre mulheres para o reconhecimento de saberes ancestrais e no nascimento de saberes científicos respectivos ao uso de espécies botânicas.

Palavras-chave: cuidados; mulheres; plantas medicinais; saberes

¹ Graduanda do Bacharel em Agroecologia pela Universidade Federal do Rio Grande - (FURG) campus São Lourenço do Sul/RS. Contato: rafaelaagroecologia@gmail.com

INTRODUÇÃO

As plantas medicinais são utilizadas há séculos pela humanidade, portanto devido ao aprimoramento da ciência no decorrer do tempo, no momento presente existem muitos medicamentos e produtos fitoterápicos, estes auxiliam no tratamento e na cura de diversas doenças. Concomitantemente, muitas formas de preparo, identificação e antecedentes históricos e culturais relativos a estas espécies se perderam e/ou se tornaram delimitados, aqueles que se mantêm presentes estão nos saberes populares, propagados maioritariamente entre mulheres.

Em consequência de muitos séculos seguidos no mundo ocidental, em que o gênero feminino foi tratado como propriedade do gênero oposto, houve proibições e banimentos, com isto adveio retardamento da participação feminina no desenvolvimento da ciência. Além de acarretar na defasagem de conhecimento científico, produzido e investigado pelas mulheres cientistas. No entanto, fortaleceu o conhecimento empírico, do qual permaneceu passado adiante, alimentando as experiências e descobertas positivas que nunca saíram de suas linhas históricas.

Ainda se encontra raízes, cascas, folhas, flores e frutas medicinais em vastos espaços com paisagens variadas e lugares dissemelhantes, porém poucas pessoas reconhecem e recorrem à utilidade dos vegetais. Ao costume feminino é mais comum a prática e o emprego de preparar remédios com as plantas medicinais, por isto se torna fundamental compreender a relação do gênero feminino com esse tipo de vegetação, nestes vínculos antigos entre mulheres e a natureza, se encontram assuntos reminiscentes dos quais portam aprendizados peculiares e repletos de informações para o resgate de sabedorias milenares.

No curso da história, as mulheres permaneceram nos ambientes domiciliares, executando tarefas voltadas apenas para as necessidades da casa ou de seus companheiros. Apesar disso, emplacado com diversos movimentos sociais, o gênero feminino conquistou espaços e segue conquistando vários segmentos da sociedade. Avança adquirindo direitos sobre decisões importantes, escolhe suas lideranças governamentais, têm a possibilidade de estudar e segue se aprofundando nas ciências, por estas razões nos dias de hoje há representatividade feminina em esferas distintas da formação de conhecimento científico.

Atualmente vivemos um momento de crise ambiental, política, econômica e sanitária. Todos esses fatos justificam a abordagem deste trabalho, pois sabe-se que a utilização da medicina alternativa, por vezes, torna-se o primeiro recurso nos cuidados à saúde. Conforme a OMS mais da metade da população em países em desenvolvimento fazem o emprego de práticas tradicionais e cerca de 85% com o uso de preparações com plantas medicinais.

Em relação a concepção deste trabalho, tendo em vista a necessidade de exercerem suas atividades, as pessoas da atualidade se expõem aos riscos do momento presente, devido aos impactos pandêmicos. Neste sentido, o uso de plantas medicinais cultivadas, coletadas ou adquiridas em estabelecimentos, se torna uma alternativa de maior acessibilidade no que condiz com o autocuidado familiar e com a saúde. Considerando que momentaneamente em função da pandemia o achegamento em postos de saúde e hospitais se tornou uma situação de risco para a população, é bastante plausível um aumento nas ações de autocuidado.

Cada região do Brasil contém específicas identidades, mas podem retratar práticas semelhantes herdadas de tempos ancestrais, essa sabedoria propende a circular pela comunicação oral, principalmente nos panoramas da agricultura familiar. Nestes horizontes, as camponesas empregam mais plantas nos cuidados à saúde nos domínios familiares, de maneira abrangente, essas práticas fornecem a promoção da preservação de ecossistemas e igualmente na efetivação das capacidades medicamentosas de espécies botânicas. Logo o objetivo deste ensaio é abordar a contribuição das mulheres para a medicina popular e para a investigação científica.

1. CONTEXTO HISTÓRICO E CONTRIBUIÇÕES

O uso das plantas medicinais é realizado pelo ser humano desde as primeiras civilizações, no combate e prevenção de doenças, há relatos da utilização que se referem a milênios a.C. Este comportamento de emprego das plantas com propriedades curativas ou preventivas permitiu à humanidade coevoluir com algumas espécies, à vista disso, a capacidade do ser humano de contemplar o comportamento dos animais ao buscarem e usarem alimentos em meio a flora criou possibilidades de reconhecimento sobre o uso de espécies vegetais (LORENZI & MATOS, 2008).

Conforme alguns estudiosos, em certos panoramas sobre o surgimento das primeiras tribos e na organização das comunidades, as mulheres ocupavam a responsabilidade do cuidado comunitário, sendo assim recorriam ao uso de muitas plantas. Em consequência da manipulação destas espécies vegetais há possibilidade da colaboração feminina na contribuição dos saberes populares referente aos conhecimentos botânicos medicinais. Ao considerar a autora Alambert (2004, pág. 27):

“Nessa organização, inicialmente, a mulher teve um papel predominante. Ela trabalhava a terra, domesticava animais, cuidava das crianças, velhos e doentes, além de criar vasilhames, utilizar o fogo, preparar unguentos, poções, enquanto o homem ia à caça de alimentos. Era muito respeitada por suas atribuições.”

As formas de uso das plantas medicinais para a recuperação da saúde, melhoria na qualidade de vida e prevenção de enfermidades transcorreu por todas as idades do que se denomina periodização histórica, variando de uma região para a outra. Isso significa que em diferentes épocas e culturas, a espécie humana foi capaz de reconhecer e fazer bom proveito dos recursos naturais locais (LORENZI & MATOS, 2008).

Essas relações interespecíficas se deram através de experiências positivas e negativas, ou seja, a manipulação de espécies botânicas gerou resultados na identificação terapêutica e toxicológica de muitas plantas (MARTINS et al, 2000). Os povos babilônicos e orientais da idade antiga são exemplos de sociedades que adotaram o poder das plantas na cura das doenças, por meio do conhecimento experienciado por seus ancestrais. (CARMONA, 2020).

A utilização da flora medicinal sobressai a certos desafios, na idade média ocorreu a hedionda condição de anulação, banimento e perseguição, às mulheres que realizavam o uso de plantas com capacidades curativas. Conforme Sterza (2019), muitas plantas com propriedades medicinais e psicotrópicas nesta época foram utilizadas para fins ritualísticos por meio de práticas de cura e práticas mágico-religiosas, sendo repassadas de geração a geração,

oriundas de religiões que antecederam ao cristianismo. Ainda assim, a utilização destas plantas pelo sexo masculino prevaleceu aos casos de repreensões e penalidades:

“Assim, os saberes populares de plantas medicinais que estavam envoltos de práticas pagãs foram reprimidos durante a Idade Média. Os clérigos foram os que desenvolveram a prática médica dentro das instituições religiosas, ressignificando concepções de doenças como pecado ou mal dos céus.” (MARQUES, 1998 apud HOFFMANN, 2018. Pág. 147).

A cultura patriarcal no mundo ocidental, inferiu o poder dos homens sobre as circunstâncias de vida das mulheres, e delimitou o destino feminino seja nas relações, no comportamento, na vestimenta, na comunicação, nas artes, e principalmente na ciência. Por este motivo o conhecimento específico sobre as plantas medicinais foi reconhecido, sistematizado e associado aos primeiros botânicos, ao mesmo tempo, limitou a participação de botânicas no desenvolvimento da medicina floral em diversos territórios pelo globo.

“A pesquisa científica com as plantas medicinais começou com o conhecimento botânico após o estudo da sua composição e, em seguida, sua ação farmacológica, buscando as informações sobre sua execução terapêutica e inexistência de toxicidade” (PAULO et al, 2009 apud SANTOS & TRINDADE, 2017. Pág. 18).

A permanência feminina por longo período de tempo no cuidado familiar, se capilariza na estrutura social em diversas culturas, “Do ponto de vista histórico, a mulher-mãe tem assumido para si o papel de cuidadora principal, adotando um estilo de cuidar herdado culturalmente de seus ancestrais” (CABRAL, 1995 apud CEOLIN, 2011), este fato se arrasta desde a antiguidade aos dias contemporâneos, neste viés em cenários distintos, desde a cidade ao campo. Mesmo com todos os direitos femininos adquiridos nas últimas décadas, acontece a reprodução de atitudes pudicas, consciente e inconsciente pelas pessoas quando os costumes femininos são pautas ou acontecimentos.

2. MULHERES E SUA IMPORTÂNCIA NA BUSCA DE NOVOS SABERES

Na agricultura familiar, as mulheres camponesas além de exercerem múltiplas tarefas dentro do lar e na propriedade, são as sujeitas encarregadas das atenções para com os adoecidos, idosos e crianças, executam esses cuidados com maior frequência e por exigência dos outros indivíduos “ tornando-se assim a principal responsável por essa função entre os membros da família. O cuidar demanda dedicação, experimentação e sabedoria, inseridos na concepção de mundo do senso comum” (GRAMSCI apud CEOLIN, 2011).

“Percebe-se que há um processo de naturalização, provindo do próprio sistema em que nos inserimos, onde a mulher atua como administradora do lar e ao homem cabe a tarefa de ser o provedor da família. Embora as mulheres participem de inúmeras atividades agrícolas, a invisibilidade de seu trabalho permanece, pois, realizando o mesmo trabalho que o homem, entendem-se e manifestam-se como quem está “apenas ajudando”. Assim, neste caso, o trabalho não é definido com base no que ele demanda do trabalhador, mas conforme o sexo de quem o realiza.” (MACHADO et. al, 2006. Pág. 36)

Dentro de muitas realidades camponesas, decorrentes da regionalidade e das premissas socioeconômicas o principal recurso aproveitado no cuidado familiar são as plantas, outro elemento determinante sobre o uso é a bagagem etnobotânica de cada localidade, essas bases acarretam os tipos de tratamento e formas de uso promovido pelos grupos familiares aplicados especialmente pelas avós, mães e filhas.

Neste escopo é plausível pautar que o uso das plantas medicinais pelas mulheres provedoras de saúde dentro dessas comunidades se dá pelo fato de uma via mais rápida de cura e prevenção, sendo o uso de unidades de saúde a segunda opção. Deste modo o uso dessas plantas é considerado até mesmo mais importante que o medicamento alopático e assim, sendo usado para a substituição e/ou diminuição do uso destes medicamentos industrializados (ALVES LIMA et al. 2014).

Ainda segundo Alves Lima et al. (2014) pág. 371;

“As plantas medicinais são vistas como um recurso diante de situações de menor ou maior gravidade, de domínio feminino que está presente no ambiente, não só por representar menor custo, mas também porque são creditados como o melhor recurso de saúde, causando menos efeitos colaterais.”

A variação na utilização das plantas depende da cultura de cada território, configurando caráter etnobotânico regionalista, desta forma cada população tem suas tradições e suas formas de cultivar, portanto, recorrem para espécies de plantas específicas na manutenção da saúde e do bem-estar.

Na direção oposta à sobrevivência desses saberes populares, amparados e disseminados pelas mulheres que permanecem nas atividades campesinas, há o movimento crescente e veemente de mulheres cientistas. Em meados do século passado, nas décadas de 50 e 60 nos países considerados “de primeiro mundo”, o gênero feminino obteve espaços nas universidades na elaboração do pensamento científico. No Brasil essa integração ocorre nos decanatos posteriores, e ganha expressão considerável nos anos 90, quando o número de universitárias aumenta.

Atualmente as mulheres ocupam espaços acadêmicos e desenvolvem a construção de estudos científicos interdisciplinares. Segundo Leta (2002) a participação de mulheres nas instituições de ensino, promoveu o contato, o acesso e a incorporação delas nas universidades brasileiras e na admissão de docentes. Tendo como resultado da integração feminina, cerca de 25% da produção científica brasileira entre os anos de 1930 a 2002 na Universidade Federal de São Paulo (USP).

Com a globalização eminente acompanhada de avanços tecnológicos, demandas respectivas apareceram nos últimos anos, entre elas a necessidade de mudanças nas formas de produção, nos modos de consumo, bem como soluções para impactos negativos causados pelas mudanças climáticas, acometidos pelas poluições e contaminações no meio ambiente. Logo novas ciências e políticas surgem a fim de resolver os problemas socioeconômicos e ambientais atuais em escala internacional:

“Um dos fatores que influenciaram neste crescente interesse pela fitoterapia foi a ascensão na área científica, que tornou possível a manipulação de fitoterápicos comprovadamente seguros e eficazes” (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012 apud SANTOS & TRINDADE, 2017. Pág. 18).

Em território nacional com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, novas políticas públicas foram discutidas, implementadas e fomentadas a fim de se obter ações tangíveis no comprometimento com os objetivos globais para efetivar na prática a sustentabilidade, com o intuito de garantir os direitos de sobrevivência e qualidade de vida para as populações mundiais e futuras gerações. Um exemplo notório é a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos:

“Nesse sentido, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, aprovada por meio do decreto N° 5.813, de 22 de junho de 2006, estabelece diretrizes e linhas prioritárias para o desenvolvimento de ações pelos diversos parceiros em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso país, ao desenvolvimento de tecnologias e inovações, assim como ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde” (Ministério da Saúde, 2006, p.10.)

Além das políticas instituídas e comprometidas com a sustentabilidade, surge a Agroecologia, ciência que incorpora um conjunto de conhecimentos multidisciplinares no emprego de desenvolvimento sustentável. Conforme Caporal e Costabeber (2004, pág.13):

“Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos ...”

As mulheres têm papel fundamental na transmissão dos saberes populares no que se refere a utilização e entendimento das plantas medicinais, a agricultora permuta saberes com a cientista. Ao unificar essas características femininas, desponta a sujeita determinante e indispensável na constatação, verificação e validação de inéditas espécies botânicas potenciais. Bem como nos estudos teóricos e técnicos sobre os princípios ativos, propriedades químicas e práticas terapêuticas com caráter etnobotânico próprio.

“O conhecimento de plantas nativas é baseado nas práticas e transmissão oral que são vulneráveis à deterioração e transformação com o processo de globalização” (BRODT, 2001. Pág. 140).

Diante do mesmo gênero o grupo tende a dispor afinidades sociais, diferentes daquelas com gênero masculino, estas semelhanças refletem nas relações, nessa atmosfera a comunicação é facilitada. Mas, algumas causas criam influências acerca das trocas de saberes, conforme Lozada et al. (2006) apud VIU (2010), essas interferências se apresentam como as particularidades socioculturais, diferença etária, e grau de aculturação. Geralmente a conformidade entre mulheres engendra maior conforto entre os indivíduos, isso favorece a manifestação de opiniões, histórias e emoções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre as plantas medicinais abastecem discussões e análises, no que tange o seu uso e histórico, de modo geral, remete ao arquétipo feminino, embora em muitas passagens históricas, essa relação foi desestimada, repudiada e esquecida. Mesmo assim, na atualidade percebemos suas raízes nos grupos familiares, principalmente aqueles que constituem a agricultura familiar, nestes as mulheres independente do seu perfil etnobotânico, preservam predominantemente os saberes no que diz respeito à utilidade e a manipulação destas plantas.

De forma direta ou indireta, o gênero feminino contribui na temática das plantas medicinais, seja pelo domínio dos saberes tradicionais dentro de suas comunidades ou em sua aplicação nos cuidados familiares. Para além disso, estas pesquisas esboçam muitas possibilidades de descobertas em diversas áreas científicas, as quais se estabelece a agroecologia, através da investigação científica associada à troca de saberes entre as mulheres.

A valorização dessas parcerias pode beneficiar a conservação e recuperação de ambientes vegetais, estimular a auto-estima e reconhecimento feminino, encorajar meios de produção mais saudáveis, e por fim na descoberta de tratamentos e cura para doenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história. A história da mulher.** Fundação Astrogildo Pereira/FAP; Abaré. 2004. Pág. 27. Disponível em: < https://issuu.com/abare.editorial/docs/a_mulher_na_historia_-_zuleika_ala >.

Alves Lima, Ângela Roberta; Heck, Rita Maria; Portelina Vasconcelos, Márcia Kaster; Barbieri, Rosa Lía **AÇÕES DE MULHERES AGRICULTORAS NO CUIDADO FAMILIAR: USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO SUL DO BRASIL** Texto & Contexto Enfermagem, vol. 23, núm. 2, abril-junio, 2014, pp. 365-372 Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. Pág. 370 e 371. Disponível em < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71431352017> >

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto n. 7.352, de 04 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.** Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CARMONA, Fábio. **Curso de Fitoterapia Aplicada à Saúde.** Apostila 1: Introdução à Fitoterapia. FRMP-USP/SP, 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** Brasília: 2009. 30 p.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Pág. 13.

CEOLIN, Teila Plantas medicinais: transmissão do conhecimento nas famílias de agricultores de base ecológica no Sul do RS. **Revista da Escola de Enfermagem da USP. Print version** ISSN 0080-6234. Rev. esc. enferm. USP vol.45 no.1 São Paulo Mar. 2011. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342011000100007>>

HOFFMANN, Roney e ANJOS, Mônica de Calda Rosa dos. **Construção histórica do uso de plantas medicinais e sua interferência na socialização do saber popular.** Revista UFPR, Guaju, Matinhos, v.4, n.2, p. 142-163, jul./dez. 2018. Pág. 147. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/download/58151/37274> >.

LETA, Jacqueline. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso.** Estudos Avançados. Vol.17.no..49. São Paulo, Set./Dez. 2003.

LORENZI, H. & MATOS, F.J.A. **Plantas Mediciniais no Brasil: nativas e exóticas.** 2ª ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

MACHADO, Carmen Lucia Bezerra et al. Envelhecimento: conhecendo a vida de homens e mulheres do campo. **PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável.** Caldart, Roseli Salete, Paludo, Conceição, Doll, Johannes. Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. / Roseli Salete Caldart, Conceição Paludo, Johannes Doll (organizadores).

Brasília: PRONERA : NEAD, 2006. Pág. 36. Disponível em: < <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/como-se-formam-os-sujeitos-do-campo-idosos-adultos.pdf/view>>.

MOLINA, Mônica Castagna. Desafios para os Educadores e as educadoras do campo. In: KOLLING, Edgar Jorge; OSFS, Paulo Ricardo Cerioli; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

MARTINS, E. R.; CASTRO, D. M. de; CASTELLANI, D. C.; DIAS, J. E. **Plantas medicinais.** Viçosa: Editora UFV: Universidade Federal de Viçosa, 2000.

SANTOS, Valéria Pereira e TRINDADE, Luma Mota Palmeira. A ENFERMAGEM NO USO DAS PLANTAS MEDICINAIS E DA FITOTERAPIA COM ÊNFASE NA SAÚDE PÚBLICA. **Revista Científica FacMais**, Volume. VIII, Número 1. Fev/Mar. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427. Artigo recebido dia 06 de fevereiro de 2017 e aprovado no dia 10 de março de 2017. Disponível em: < <https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2017/04/A-ENFERMAGEM-NO-USO-DAS-PLANTAS-MEDICINAIS-E-DA-FITOTERAPIA-COM-%C3%8ANFASE-NA-SA%C3%9ADE-P%C3%9ABLICA-1.pdf> >

>

STERZA, Valentino. **PLANTAS MÁGICAS NO MEDIEVO: MULHERES, MAGIA E IGREJA.** João Pessoa/PB, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16652/1/VS31102019.pdf> > .

VIU, Alessandra F. M.; VIU, Marco Antônio de O.; CAMPOS, Letícia Z. O. Etnobotânica: uma questão de gênero? **Revista Brasileira de Agroecologia Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre, 5(1): 138-147 (2010). Disponível em: < https://orgprints.org/id/eprint/25047/1/Viu_Etnobot%C3%A2nica.pdf > .